



Governança e (des)governança estatal após 30 anos de planejamento regional no Rio Grande do Sul: tinha um desastre no meio do caminho

Markus Erwin Brose

PPGDR UNISC – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul - Brasil

ORCID: 0000-0003-0539-8292

Resumo

A decretação do estado de calamidade pública implica no reconhecimento formal da incapacidade de governança pelo Estado. No período que sucede ao evento extremo vai sendo disseminada a insegurança quanto ao reestabelecimento da lei e da ordem. Incertezas e inseguranças não existem por si só, são produzidas mediante narrativas forjadas no calor dos acontecimentos que irão moldar a memória e a identidade das comunidades atingidas. Nesse ensaio procuramos registrar e contextualizar narrativas construídas durante as chuvas e a inundação de abril/maio de 2024 no Rio Grande do Sul, que enfatizaram a erosão da governança estatal. Fenômeno instigante em um estado reconhecido pela sua histórica capacidade de planejamento, tanto estatal, como privado, cuja expertise quanto aos rumos do crescimento econômico foi exportada a outras regiões. Buscamos reconstruir as versões do evento a partir de documentos primários públicos. Em uma perspectiva decolonial recorreremos, além de estudos do Norte global, à análise comparativa a partir de desastres na Ásia por S. Bandopadhyayde. Para este autor não existe contradição entre governança e desastres, pois catástrofes reforçam organizações estatais que buscam normalizar os eventos visando conservar, ou mesmo ampliar, seu poder decisório e acesso a novos recursos. Neste sentido, o registro e o debate das narrativas durante os desastres tornam-se parte da capacidade de resiliência.

Palavras-chave: Eventos extremos. Mudança climática. Governança. Reconstrução.

State governance and (mis)governance after 30 years of regional planning in Rio Grande do Sul: there was a disaster in the middle of the road

Abstract

Declaring a state of public calamity implies formal recognition of the state's inability to govern. In the period following the extreme event, insecurity about the re-establishment of law and order spreads. Uncertainties and insecurities do not exist on their own, but are produced through narratives forged in the heat of events that will shape the memory and

identity of the communities affected. In this essay we seek to record and contextualize narratives constructed during the rains and flooding of April/May 2024 in Rio Grande do Sul that emphasized the erosion of state governance. This is an instigating phenomenon in a state renowned for its historic capacity for planning, both state and private, whose expertise in the direction of economic growth has been exported to other regions. We sought to reconstruct the versions of the event based on primary public documents. From a decolonial perspective, in addition to studies of the global North, we used the comparative analysis of disasters in Asia by S. Bandopadhyayde. For this author, there is no contradiction between governance and disasters, because disasters reinforce state organizations that seek to normalize events in order to preserve, or even expand, their decision-making power and access to new resources. In this sense, recording and debating narratives during disasters becomes part of resilience.

Keywords: Extreme events. Climate change. Governance. Reconstruction.

Gobernanza y (des)gobernanza del Estado tras 30 años de planificación regional en Rio Grande do Sul: hubo un desastre a mitad de camino

Resumen

La declaración del estado de calamidad pública implica el reconocimiento formal de la incapacidad del Estado para gobernar. En el periodo posterior al acontecimiento extremo, se extiende la inseguridad sobre el restablecimiento de la ley y el orden. La incertidumbre y la inseguridad no existen por sí solas, sino que se producen a través de narrativas forjadas al calor de los acontecimientos que conformarán la memoria y la identidad de las comunidades afectadas. En este ensayo buscamos registrar y contextualizar narrativas construidas durante las lluvias e inundaciones de abril/mayo de 2024 en Rio Grande do Sul que enfatizaron la erosión de la gobernanza estatal. Se trata de un fenómeno instigador en un estado reconocido por su histórica capacidad de planificación, tanto estatal como privada, cuya experiencia en la dirección del crecimiento económico ha sido exportada a otras regiones. Intentamos reconstruir las versiones del acontecimiento basándonos en documentos públicos primarios. Desde una perspectiva decolonial, además de los estudios sobre el Norte global, recurrimos al análisis comparativo de las catástrofes en Asia de S. Bandopadhyayde. Para este autor, no hay contradicción entre gobernanza y desastres, porque las catástrofes refuerzan las organizaciones estatales que tratan de normalizar los acontecimientos para preservar o incluso ampliar su poder de decisión y el acceso a nuevos recursos. En este sentido, registrar y debatir las narrativas durante las catástrofes forma parte de la resiliencia.

Palabras clave: Eventos extremos. Cambio climático. Gobernanza. Reconstrucción.

Κρίσις - Krísis substantivo do Grego clássico, “decisão”, “juízo” ou “ponto de inflexão” derivado de Krínō - “Eu decido”¹

¹ (Wiktionary.org, tradução do autor); mais sobre o tema na tese O CONCEITO DE ΚΡΙΣΙΣ NO CORPUS HIPPOCRATICUM, de Maria José Mendes e Sousa, UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE LETRAS https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23964/1/ulsd072843_td_Maria_Sousa.pdf

1 Introdução

Uma das características da cultura política gaúcha consiste em sua capacidade em mobilizar recursos humanos e tecnológicos no esforço de planejamento buscando moldar os rumos do desenvolvimento. Tem suas raízes na experiência única de transição da monarquia para o regime republicano mediante uma guerra civil que estabeleceu governos baseados na utopia europeia do Positivismo, o progresso contínuo rumo ao bem-comum (Fonseca, 2004). Nas décadas seguintes foram testadas inovações na administração desconhecidas em outras unidades da federação, como a reforma fiscal, o fomento à industrialização, a garantia na titulação da terra ou a criação de banco estatal de desenvolvimento (Axt, 2002).

Ao longo de quatro décadas os governos positivistas no Rio Grande do Sul (RS) formaram novas lideranças que, após o golpe de 1930, integraram o governo federal instituindo o planejamento do desenvolvimento como diretriz das políticas públicas federais (Fonseca, 2010). O governo Vargas planejou a Marcha para o Oeste como estratégia de desenvolvimento construindo ferrovias e estabelecendo novas cidades em Goiás e Mato Grosso, obteve cooperação técnica do governo norte-americano para o planejamento regional do vale do Rio São Francisco, iniciando uma ‘família’ de autarquias de desenvolvimento.

Porém, a expansão da capacidade de planejamento não se restringiu ao Estado. Organizações da agricultura familiar tanto originaram o cooperativismo de crédito como coordenaram a colonização do Oeste de Santa Catarina por famílias migrantes oriundas dos Vales dos Rios Sinos e Caí (Mayer, 2016). Experiência que teve continuidade na expansão em escala nacional do modelo de ocupação do solo com monoculturas, seja a soja no Centro Oeste (Almeida, 2021) ou o arroz irrigado em Roraima (Braga, 2011).

Essa cultura do planejamento ascendeu a novo protagonismo na ditadura militar mediante a liderança por generais-presidentes gaúchos (Lafer, 1970). Sob a coordenação do planejador regional Antônio Delfim Neto, o Estado brasileiro comandou a industrialização conservadora, o êxodo rural e o endividamento público, prometendo que esta seria uma rota certa rumo ao grupo dos países centrais do capitalismo industrial. O entusiasmo da época com métodos e técnicas de engenharia social pode ser exemplificado pelo fato de que a Associação Brasileira de Planejamento tinha sede em Porto Alegre.

A herança da centralização do poder decisório, o agravamento dos desequilíbrios regionais e o endividamento público da ditadura geraram ampla reação na redemocratização gaúcha. A sociedade civil buscou novos modelos de planejamento de base territorial. No enfoque decolonial que “outro planejamento é possível” inovou pela descentralização do orçamento estadual, nos anos 1990, mediante a experiência dos conselhos regionais de desenvolvimento e dos comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica (Bandeira, 1999). Os testes de inovações tiveram sequência, nos anos 2000, com as experiências do Orçamento Participativo pelo Executivo, do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional pelo Legislativo, alcançando renome internacional com o Fórum Social Mundial iniciado em Porto Alegre.

O aprofundamento democrático serviu para um propósito útil para governos tanto de esquerda quanto de direita [no RS]. Todos os governadores enfrentaram sérios desafios à sua capacidade de legitimar seu governo e tomar decisões autorizadas. Para aumentar a legitimidade de seus governos e administrar alianças difíceis, os líderes estaduais expandiram as práticas democráticas no orçamento (Schneider, 2005, p. 94).

Argumentamos neste ensaio que, face à experiência histórica de planejamento de base territorial construída no RS, surpreende a intensidade do debate acerca do esgotamento da capacidade de governança em meio à calamidade da inundação de abril/maio de 2024 bem como a negação da responsabilidade compartilhada do Estado e dos mercados para o desastre. Quais foram as narrativas construídas quanto à governança do RS durante a inundação de abril/maio de 2024? Consideramos a pergunta relevante na medida em que calamidades são raras, porém, a empiria evidencia que decisões sobre a reconstrução tomadas no calor dos acontecimentos alteram rumos do desenvolvimento. De modo paradoxal, os rumos da reconstrução podem tanto ampliar, como reduzir, a capacidade resiliência (Park, 2022).

Manuais setoriais como, por exemplo, UNDP (2026) ou Johnson e Olshansky (2016) registram casos de sucesso de reconstrução em países centrais, com Estados detentores de capacidade burocrática weberiana. Argumentamos que para cada exemplo de boa governança no Norte global desaparecem da memória casos que falharam em reconstruir de forma mais resiliente que antes.

Desastres [fazem] emergir tensões e desconfiança generalizadas, ou seja, conflitos envolvendo compreensão, dizeres, juízos e atitudes de múltiplos atores, em diferentes posições na estrutura relacional, configurando conflitos não apenas de interesse, mas de direitos, no sentido de diferentes regimes em disputa [...] além de cair no esquecimento ou perder importância na agenda das pessoas, sofre o reenquadramento produzido por novos repertórios [...] nos meios de comunicação e nas redes sociais (Espindola, 2022).

Frequentemente a confiança na ciência figura entre as primeiras vítimas da guerra de versões que pode se estabelecer em meio a uma catástrofe. Gestores públicos se veem na obrigação de tomar decisões em ritmo acelerado em uma arena altamente disputada, na qual a gestão com base científica se encontra severamente restringida (Button, 2010).

Buscamos reconstruir as versões do evento a partir da pesquisa documental, utilizando documentos primários públicos produzidos no calor dos acontecimentos, tais como relatórios, notas técnicas, registros oficiais e conteúdo da mídia de massa. Estes documentos foram produzidos por indivíduos que testemunharam as inundações em primeira mão, portanto, não são artefatos neutros que espelham a realidade, mas, representam determinados pontos de vista. Estes documentos interessam tanto pelo seu conteúdo, como pelo que deixam de conter.

Após esta introdução, o ensaio está estruturado em quatro seções. Na primeira sintetizamos elementos do debate sobre a incerteza que se instala após desastres, fomentando o surgimento de narrativas e enquadramentos que moldam

a reconstrução. Na segunda seção revisitamos o entusiasmo da redemocratização no RS com a capacidade estatal para planejar os rumos do desenvolvimento. A terceira seção recupera o debate na opinião pública durante as enchentes de abril/maio de 2024 que buscou estabelecer novos polos de poder decisório nos rumos do desenvolvimento. Na quarta seção tecemos considerações finais.

2 Atualizando o debate sobre reconstrução

Os desastres, por trágicos que sejam, podem ser esquecidos. Podem desaparecer da mídia, da memória coletiva e até das lembranças de pessoas que vivenciaram os fatos para autopreservação. O esquecimento pode ter papel central para que a coletividade supere o trauma e avance no desenvolvimento. Essa dimensão, porém, não escapa às relações de poder na sociedade, que buscam influir no esquecimento e na lembrança. As lembranças e memórias passam por enquadramentos específicos, assim, a qualificação das políticas públicas de reconstrução implica no registro e na lembrança.

A partir de observações do impacto de furacões no litoral do Caribe, Moore (1964) propôs o conceito de “Cultura dos Desastres”, compreendendo os ajustes físicos, psicológicos e sociais que as comunidades nessa região desenvolvem para explicar e preparar sua sobrevivência, cujo enquadramento está codificado em mitos e causos. Conceito atualizado por Button (2010) que enfatiza menos o caráter endógeno, ressaltando como certos atores podem ser ativos na produção de enquadramentos, informações e juízos, influenciando nas narrativas.

Espera-se que uma cultura de desastre bem desenvolvida aumente a resiliência. No entanto, nem todos do mesmo grupo cultural são resilientes e até mesmo aqueles que o são tendem a considerar o risco como um tema a ser discutido e gerenciado por peritos e pela administração pública, e não como uma preocupação cotidiana de todos [...] O Brasil tem uma cultura de protesto social contra as desigualdades políticas e estruturais [...] porém um dos poucos movimentos relacionados com desastres, o Movimento dos Atingidos das Barragens, ainda não se traduz em ação coletiva sustentada para a preparação e resposta aos desastres (Warner; Awes e Coates, 2019).

Desastres classificados como “históricos”, “nunca antes vistos” ou “excepcionais” estão se tornando rotineiros pelo aquecimento global. Eventos extremos impactam processos de desenvolvimento, expondo falhas, tanto de mercado, como de governança estatal, tolerados ou despercebidos no cotidiano. A severidade percebida dos danos e impactos de desastres não depende tanto das estatísticas, ou seja, dos números de mortos ou do dano à infraestrutura econômica, mas, de como o evento específico ameaça a capacidade de governança, ou mesmo a soberania, pelo Estado.

O processo de reconstrução não deve se encerrar na tentativa de recuperar o status pré-desastre, deve ampliar a resiliência do território. Esta se compõe de duas dimensões, as medidas estruturais que usualmente ocupam o debate público imediatamente após o choque. Pritchard (2011) sintetiza um século de investimentos estruturais na França visando domar as enchentes do rio Rhône como tão relevante que integra a identidade francesa.

Enquanto a dimensão não-estrutural de reconstrução se estende por longo prazo. Ranghieri e Ishiwatari (2014) sintetizam lições aprendidas após o Grande Terremoto e Tsunami de 2011 no Japão, discorrendo em oito capítulos ações não-estruturais, tais como prevenção comunitária, educação, dinamização da economia local, planejamento urbano e revegetação de bacias hidrográficas. O Japão solicitou apoio à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) para o descomissionamento da usina nuclear de Fukushima e a recuperação da economia regional. O relatório final (OECD, 2022) registra a cooperação de países integrantes da iniciativa, como Suécia, Austrália e Reino Unido, assessorando ministérios, governo estadual e estatais japonesas.

Poucos Estados seguem este formato experimentado pelo Japão (Geertz, 2004). Coletânea organizada por Lavallo e Carlos (2022), por exemplo, registra a incapacidade dos governos de Minas Gerais e Espírito Santo na resposta ao rompimento de barragem em Mariana, mesmo recebendo cooperação internacional, abrindo a oportunidade para a terceirização da política de desenvolvimento e de reconstrução para uma fundação privada.

A perda de capacidade de governança não constitui o único risco, catástrofes podem levar à moratória. Face à vulnerabilidade de pequenas nações do Caribe, o modelo elaborado por Mallucci (2022) inclui projeções do incremento dos desastres no futuro próximo, especialmente furacões. Como resultado prevê a ampliação, tanto no nível do endividamento, como da taxa de juros, que podem limitar a soberania nos países. Nos casos mais graves, ocorrendo a suspensão do pagamento da dívida mediante anuência pelos credores, o autor alerta para o risco de ampliação do grau de endividamento, que ficaria como herança por gerações para governos futuros que enfrentarão uma soberania limitada.

Enfatizando uma perspectiva decolonial, Bandopadhyay (2019; 2022) alerta para o risco de Estados com menor capacidade de governança perderem soberania frente à cooperação externa.

A reconstrução pós-desastre representa imenso desafio. Desastres destroem ganhos obtidos no desenvolvimento e criam pressões maiores que em situações 'normais' do planejamento do crescimento: o senso de urgência; a necessidade de resposta rápida e resultados imediatos; o controle pela mídia; a ausência de experiência, capacidade e conhecimento prévios; a multiplicidade de atores sociais locais, nacionais e internacionais atuando de forma descoordenada; a carência de recursos (UNDP, 2016, p. 6, tradução nossa).

Bandopadhyay (2019) enfatiza que desastres são mantidos vivos na memória da população afetada através de narrativas que informam às próximas gerações quem foram os culpados, qual a melhor resposta e como sobreviver ao próximo desastre. Com base na análise da capacidade de governança em catástrofes na Indonésia, Índia e Haiti, o autor conclui que registrar essas narrativas, ainda no calor dos acontecimentos, contribui para a dimensão não-estrutural da gestão dos impactos, para o esquecimento ou a lembrança.

O autor identificou um padrão nas narrativas: a mídia identifica a falha, ou ausência, de sistemas de alerta como problema central. A vulnerabilidade da população seria decorrente de falhas no processo de planejamento de base

territorial, aliado à pouca observância de dados científicos e do desconhecimento pelo Estado das boas práticas. Com esse diagnóstico, a cobertura pela mídia redireciona o enfoque sobre como estabelecer um sistema de alerta, fortalecer as organizações da sociedade civil para evitar o Estado ineficiente e buscar especialistas que contribuam com o conhecimento oriundo de países centrais.

Por um lado, situações extremas podem estimular gestores para inovações no calor dos acontecimentos cujos impactos positivos serão percebidos e divulgados apenas no futuro. Por outro lado, as calamidades chegam aos limites do “normal” previsto pela legislação e no consenso social, causando ansiedade na medida em que podem facilitar o exercício arbitrário do poder face à sociedade civil (Williams, 2003).

Para Scott (2006), calamidades podem facilitar que Estados autoritários testem intervenções sob a arrogância tecnocrática do *High Modernism Planning*, o planejamento do hipermodernismo em tradução livre, dada a fragilidade na capacidade de oposição pela sociedade civil. Para o autor, os proponentes de megaprojetos e planos que alegam serem infalíveis para reformular a sociedade, custe o que custar, sofrem da soberba de se considerarem iluminados. Em tradição Positivista, os sábios se consideram superiores às demandas ou minúcias da democracia e da burocracia weberiana que a acompanha, gerando novos desastres do descaso planejado.

Para Bandopadhyay (2019), este seria o marco referencial no âmbito do qual Estados durante uma calamidade deverão superar o conflito quanto à sua capacidade de governança. Não existiria oposição entre Estados e desastres, pois uma das razões da prevalência do Estado-nação sobre o território reside na gestão dos eventos extremos. “Em outras palavras, o desafio para conservar a existência e a experiência de incertezas socioambientais produz autoridades hegemônicas, estatais, e vice-versa [...] Sociedades existem onde desastres ocorrem. Se não temos sociedade, não temos desastres” (Ozcasts, 8/4/22, tradução nossa).

Assim, as narrativas sobre o aquecimento global apresentam uma sobreposição entre afirmativas científicas e políticas acerca do passado, do presente e do futuro, quanto ao atendimento de demandas sociais e os limites do crescimento. Este o contexto que realça a relevância do debate público quanto à capacidade de governança do Executivo gaúcho em meio à inundação de abril/maio de 2024.

3 Descentralizando o planejamento das cinzas da ditadura

Os clássicos devem ser interpretados em seu contexto e argumentamos que a redemocratização gaúcha se tornou um clássico como referência nacional e internacional da “democratização da democracia”. Qual o seu contexto? Pois o enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas testa a qualidade da democracia.

A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças relevantes na natureza das relações federativas, fomentando a descentralização que atribuiu maiores responsabilidades aos municípios na implementação de políticas públicas para o desenvolvimento. Esse rearranjo de competências implicou no gradativo reposicionamento dos governos estaduais, aos quais cabem mais competências em um pacto federativo que, porém, permanece incompleto ao “postergar a

especificação das responsabilidades desse ente a regulamentos de cada política federal” (Licio et al., 2022, p. 2).

No RS, o processo de redemocratização foi caracterizado pelo amplo apoio da sociedade civil à descentralização das políticas públicas. O primeiro governo estadual eleito na redemocratização, em 1986, especificou:

Realizar a descentralização significará regionalizar, municipalizar e promover a participação em geral [...] As ações setoriais tem sido desarticuladas e pulverizadas no Estado, porque a falta de visão regional produz ações que são mais dispendiosas por não considerarem as potencialidades e complementaridades locais. Tais fatos tem provocado a vinda permanente dos Prefeitos à Capital, para caras e demoradas conferências com o Governador e os Secretários de Estado. Há, geralmente, indefinição sobre as prioridades e a distribuição dos recursos por região. Inexiste a participação das prefeituras e comunidades nas decisões. Quando ocorre, é de pouca efetividade sobre questões importantes, como, por exemplo, as relativas a investimentos. As sedes das Secretarias estão absorvidas por ações e projetos isolados e pontuais (atendimento a varejo) [...] O Governo pretende desconcentrar as atividades setoriais, aumentar a integração Estado-Município, ampliar a participação das comunidades locais e criar condições para um planejamento regional, fruto de ampla discussão local. Será estabelecido um plano de atuação regional único, com o ajuste de todas as Secretarias e órgãos setoriais do Estado à nova regionalização. Para isso, serão criados escritórios regionais de governo (ERGS) e Conselhos Regionais de Órgãos Estaduais e de Municípios [...] O processo de participação embasará a mobilização social dinamizadora e desenvolvimentista, sem a qual nenhum governo conseguirá escapar da sua torre de marfim (RS, 1987, p. 45/46).

Na largada da redemocratização esta administração definiu que o excesso de visitas dos prefeitos à capital seria substituído pelo planejamento regionalizado, integrando de modo técnico as prioridades regionais no orçamento estadual. Substituindo, assim, o varejo de demandas pontuais mediante investimentos estratégicos por parte do governo em cada microrregião, colocando em questão o papel dos deputados estaduais, tradicionalmente os ‘despachantes’ de suas regiões junto ao Executivo.

Esse ímpeto foi abrigado pelos deputados na elaboração da Constituição estadual prevendo o desenvolvimento regional através do PPA:

DA REGIÃO METROPOLITANA, DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS E DAS MICRORREGIÕES. Art. 16. § 3.º Para o atingimento dos objetivos de que tratam este artigo e seus parágrafos, serão destinados, obrigatoriamente, os recursos financeiros necessários e específicos no orçamento do Estado e dos Municípios.

DO ORÇAMENTO. Art. 149 § 1.º A lei que aprovar o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas, quantificados física e financeiramente, dos programas da administração direta e indireta, de suas fundações, das empresas públicas e das empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

§ 8.º Os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser regionalizados e

terão, entre suas finalidades, a de reduzir desigualdades sociais e regionais (RS, 1989).

Dada a relevância, a reponsabilidade do Executivo em regionalizar o PPA foi registrada em dois artigos e três parágrafos. Propósito confirmado em nova redação, na Emenda Constitucional No. 28, de 13 de dezembro de 2001:

Art. 166. A política de desenvolvimento estadual e regional, em consonância com os princípios da ordem econômica, tem por objetivo promover:

I - a melhoria da qualidade de vida da população com desenvolvimento social e econômico sustentável;

II - a distribuição equitativa da riqueza produzida com redução das desigualdades sociais e regionais;

III - a proteção da natureza e a ordenação territorial, mediante o controle da implantação dos empreendimentos públicos e privados em cada região e o estímulo à permanência do homem no campo;

IV - a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum de uma mesma região;

V - a integração, e a descentralização, das ações públicas setoriais em nível regional, através do planejamento regionalizado (RS, 2001).

Desde então, o desafio das sucessivas administrações estaduais tem sido a operacionalização dessa ordem no planejamento. A primeira administração sob essa nova Constituição estadual reconheceu a relevância de elementos climáticos no preâmbulo de seu plano de governo:

Em nosso governo, a administração será feita com a efetiva participação da população, através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Os Conselhos são o resultado natural de tendências que observamos em micro-regiões, ou regiões sócio-econômico-geográficas homogêneas, onde existem especificidades próprias em termos históricos, culturais, climáticos e de produção. Esta é a tendência e da modernidade, e está calcada em fundamentos políticos, sociológicos e filosóficos de descentralização política, desconcentração econômica, bem como de integração regional (FPG, 1990, p. 3).

A proposta para que o Executivo estadual superasse o seu isolamento histórico foi formalizada ainda mediante legislação específica, em 1994, cujos objetivos foram definidos como sendo:

Art. 2º. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente (RS, 1994).

Em 1994, até mesmo a administração eleita com uma plataforma neo-liberal de redução do Estado e privatizações prometeu que seria capaz de promover o desenvolvimento regional criando o Gabinete da Metade Sul e atraindo o BDES para desenvolver a Região da Grande Santa Rosa.

A redemocratização gaúcha foi marcada pela confiança de que o orçamento estadual seria necessário e suficiente para promover o desenvolvimento mais equilibrado do interior do estado onde reside e trabalha mais de dois terços da população, onde é gerada a produção dos setores primário e secundário que embasa a economia estadual. Esse orçamento deveria ser descentralizado através de fóruns participativos, dos quais a história recente está coalhada de experimentos e iniciativas as mais diversas.

4 Enquadramentos e narrativas durante a calamidade

A convicção na capacidade de governança do desenvolvimento gaúcho foi seriamente abalada durante a inundação de abril/maio de 2024. Detalhamos esta hipótese mediante análise em ordem cronológica de manchetes, declarações e fatos registrados pela mídia regional durante o desenrolar do desastre, como enquadramentos contraditórios que buscam intervir na formação da opinião pública e da memória. Para fins deste ensaio, contabilizamos que o evento se desenrolou a partir de domingo, dia 28 de abril, a Semana 1 do desastre, estabilizando em 19 de maio, a Semana 4, quando os primeiros moradores retornaram às suas residências no centro da capital.

Justificamos a metodologia mediante argumento de que nessa era onde o globo vem sendo literalmente controlado pelas redes sociais, elegendo ou destituindo presidentes, substituindo intelectuais por *influencers*, manipulando fatos através de servidores do *Big Data*, a opinião pública vem sendo formada menos pela análise de conteúdo e mais por manchetes. As redes sociais não distribuem conteúdo, difundem *bullet points* e palavras de ordem.

Chuvas excepcionais e contínuas, de até 700 mm em poucos dias se abateram sobre a Serra Gaúcha no final de semana entre os dias 27 e 29 de abril. Na terça-feira, dia 30 de abril, são anunciadas as primeiras mortes e a queda de pontes em municípios ao longo da serra, nos vales dos rios Taquari-Antas, Caí e Pardo. Estas as marcas da Semana 1 do desastre.

Conhecedores da geografia do estado sabiam que as águas em volume excessivo descem a serra em poucas horas chegando ao rio Jacuí e dali iriam saturar o lago Guaíba, transbordando na Região Metropolitana de Porto Alegre. Às 18h do feriado de primeiro de maio, o Executivo decreta calamidade pública e o governador busca se prevenir alertando: “Nós não teremos capacidade de fazer todos os resgates” (Chagas, 1/5/24). Estabelecendo na Semana 1 do desastre a restrita capacidade de governança estatal.

Conforme as águas avançavam sobre diques em mau estado de conservação e loteamentos em várzeas na Região Metropolitana, o governador propôs envolver mais atores na resposta ao desastre: “Leite diz que o RS precisará de um ‘plano Marshall’ para reconstrução” (Shinohara, 4/5/24). Assim, o conflito entre interpretações estava delineado já na Semana 1, pois esta administração foi eleita com uma plataforma de governo liberal. Contrariando a concepção de um plano de resgate estatal, durante o 11º Fórum Liberdade e Democracia, ainda no primeiro ano de seu mandato, o governador afirmara, “Não acredito em um Estado empreendedor. O papel do Estado é estabelecer as regras. Faz o contrato e fiscaliza,

mas não opera, porque na operação a gente não tem observado a capacidade do Estado. Empreendendo o Estado é um desastre" (Orlandi, 10/11/23).

Na Semana 2 do desastre, o Ministro da Agricultura anuncia a intervenção de estatização do mercado de arroz, para surpresa do governo estadual e dos representantes do setor (Porto, 7/5/24). O ministério criou a narrativa que as enchentes afetaram a produção de arroz irrigado no RS, o que foi negado por produtores e suas organizações de classe, pois a colheita já estava encerrada (Correio do Povo, 8/5/24). O ministério mobilizou sua estrutura e poder decisório de modo autoritário para realizar uma licitação em tempo recorde. As vencedoras eram microempresas laranjas do filho do Secretário de Política Agrícola, o certame foi cancelado um mês mais tarde e o secretário demitido (Mazui, 11/6/24).

Na Semana 3 o governo federal anuncia nova intervenção no estado, nomeando um deputado federal gaúcho para a nova Secretaria Extraordinária da Presidência da República de Apoio à Reconstrução do RS (Haubert, 14/5/24). Criando, se não de direito, mas de fato, um governo estadual paralelo e politizando a resposta. Essa segunda intervenção federal hipermoderna foi justificada com a narrativa de que o deputado, apesar de candidato na próxima eleição, colocaria as prioridades da resposta ao desastre acima dos interesses pessoais e do partido.

Enquanto o volume excessivo de água estava alcançando o extremo sul da Lagoa dos Patos, na Semana 4, o Executivo estadual anunciava que havia contratado três empresas multinacionais para coordenar o planejamento pós-desastre (Junqueira, 20/5/24). A narrativa descreve a necessidade da terceirização com as consultorias McKinsey, Ernst Young e Alvarez & Marsal, pois estas iriam mapear os danos, estimar quantificar os impactos e captar financiamento internacional. Ao mesmo tempo o Executivo firmava convênio com escritório de representação do governo dos Países Baixos para trazer especialistas europeus que seriam responsáveis pelo planejamento da redução de riscos nas bacias hidrográficas, visando “elaborar estudos de planejamento territorial, ambiental e urbano para reduzir riscos” (Correio Braziliense, 24/5/24).

Enquanto o Executivo estadual mobilizava empresas multinacionais e cooperação externa, ao longo das Semanas 3 a 9 do desastre o governo federal se fez presente através de sequência sem precedentes de ministros em viagem no território gaúcho, entregando equipamentos, anunciando obras e concedendo entrevistas. Os ministros dos Transportes, do Desenvolvimento Regional, da Agricultura, das Cidades e do Desenvolvimento Social estiveram se revezando no interior do estado.

Decorrido um mês do início do desastre, na Semana 6, o Executivo estadual anuncia a criação de uma nova instância de decisão, paralela tanto à Assembleia Legislativa, como ao Fórum Gaúcho sobre Mudanças Climáticas ou ao Fórum dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas. Com 178 integrantes foi criado o conselho do “Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do RS”, composto majoritariamente por servidores do Executivo e representantes do setor empresarial.

No mesmo período, o Vice-Presidente da República liderou a missão de visita à China. Em Pequim foram firmadas memórias de entendimento com o Banco de Desenvolvimento da China e o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (BRASIL, 8/6/24). O governo federal definiu que oito municípios do estado teriam

prioridade no acesso a recursos subsidiados, dois meses mais tarde uma missão de consultores visitou as prefeituras do interior (GAZ, 2/8/24).

Ao mesmo tempo, na Semana 6 o governo federal decide nova intervenção, anunciando a criação de uma universidade federal no município de Caxias do Sul, o polo econômico da Região Serrana (Gauer, 7/6/24). Estabelecendo, assim, confrontação direta quanto ao futuro da instituição comunitária Universidade de Caxias do Sul.

Consultores do Banco Mundial e do Banco Interamericano realizaram missão conjunta à capital na Semana 9 (RS, 26/6/24). Coordenaram workshop de três dias no qual servidores estaduais eram convidados, “governo participa de workshop sobre reconstrução do RS promovido por organizações internacionais” (RS, 27/6/24). Este foi seguido de reunião com organização que representa a elite industrial do estado, capitaneada por integrantes de famílias como Randon, Gerdau e Zaffari, que mantém uma agência de desenvolvimento paralela ao Executivo (De Oliveira, 1/9/24). A narrativa justifica este evento elitista afirmando que “o Transforma RS é um hub colaborativo que mobiliza lideranças por um RS mais competitivo, inovador e sustentável” (TransformaRS, 24/6/24). Não houve contatos com instâncias do interior, como associações de municípios, consórcios intermunicipais, comitês de gerenciamento de bacias ou conselhos regionais.

Na Semana 11, o governo estadual anunciou sua intervenção de feição hipermoderna. Elaborado em parceria com organização especializada em privatizações em São Paulo, o Executivo publicou para consulta pública projeto visando terceirizar a gestão de escolas estaduais atingidas pela inundação (RS, 8/7/24). A narrativa apresentada como justificativa explícita que a empresa vencedora irá preparar estas escolas para resiliência frente a novos desastres, atestando a baixa capacidade de governança pelo Estado.

No congresso anual da Federação das Associações de Municípios do RS, na Semana 12 do desastre, o governador buscou redirecionar as críticas e cobranças pelos prefeitos fomentando a narrativa de que a demora ou o impasse na reconstrução eram devidos à ineficiência do governo federal. Apesar da União disponibilizar R\$ 97,8 bilhões no decorrer de apenas quatro meses, o governador passou a reforçar o mote “o orgulho gaúcho não pode aceitar apenas migalhas” (Martini, 18/7/24). Face ao risco eleitoral decorrente da mobilização de lideranças da agropecuária no movimento “SOS Rio Grande”, o governador reforçou essa narrativa populista em assembleias no meio rural de que “o estado não quer só migalhas, quer o que é seu de direito” (Souza, 21/7/24). Em nenhum momento no desenrolar do desastre registramos um debate acerca da responsabilidade da agropecuária patronal, ou dos mercados, com o desastre.

Na Semana 20, o Executivo estadual anuncia nova intervenção de cunho hipermoderna, divulgando o “efeito multiplicador de investimento para atender demanda por IA pode movimentar R\$ 500 bilhões na economia gaúcha” (Vigna 14/9/24). Pouco após o apagão na Região Metropolitana, que deixou milhares de residência e empresas sem energia por semanas, enquanto o país aventava a possibilidade de um apagão nacional face à maior seca da história, o governador gaúcho afirmou que “oferta de energia limpa e barata foi um diferencial do estado para atrair o projeto dos data centers”. Eldorado do Sul, o município gaúcho mais atingido e vulnerável à inundação pelo Guaíba selecionado para investimento de R\$ 3

bilhões que na primeira etapa vai consumir “quantidade de energia similar à Brasília”, depois “os 4,7 mil MW de consumo superariam o consumo atual em todo o estado do Rio de Janeiro”, sendo a “oportunidade de tornar o país referência” e “o estado um hub global desses serviços” (Vigna, 14/9/24).

A vantagem competitiva do RS em comparação à China ou aos EUA seria pois “não estão dando conta [...] de responder à enorme demanda, principalmente, pela falta de oferta de energia menos cara” (Vigna, 14/9/24). A comunicação oficial não esclareceu que, além do consumo desproporcional de energia elétrica, os data centers demandam imenso volume de água para refrigeração, geram pequeno número de empregos fixos e grande volume de lixo eletrônico. “Um único chip especializado da Nvidia, a líder nos processadores especializados em IA, usa em um ano metade da eletricidade de uma residência média americana – uma consulta ao ChatGPT exige cerca de dez vezes mais energia que uma ao Google” (Teixeira Jr., 18/9/24). Data centers são objeto de protestos populares em países em crise hídrica como o Chile e o Uruguai.

5 Discussão

O desastre teve início no interior do estado, onde a chuva excessiva castigou por dias municípios de pequeno porte atingindo lavouras e pastagens, destruindo núcleos urbanos em seu caminho rumo à planície de inundação. Os comitês de gerenciamento de bacia são funcionais há mais de trinta anos, se investimentos preventivos tivessem sido efetuados nesse período, como lagoas e barragens de contenção nas cabeceiras, revegetação das margens dos rios, recuperação de nascentes, teriam minimizado os impactos. Apesar das mortes e danos no interior, a dimensão da população atingida, assim como os danos materiais, foi numericamente superior na Região Metropolitana de Porto Alegre que passou a ocupar as manchetes da mídia, desta forma se tornando prioridade dos investimentos pelos governos.

A prioridade da redemocratização gaúcha, ou seja, a descentralização do planejamento e da gestão do desenvolvimento, foi revertida, se não de direito, mas de fato. Foi estabelecido em Porto Alegre um megafundo de reconstrução da infraestrutura, coordenado por uma secretaria especial vinculada ao gabinete do governador, distante dos debates com a Assembleia Legislativa, o Fórum dos Conselhos Regionais ou a Federação de Associações de Municípios. Cada prefeito, cada secretário municipal, munido de suas demandas de reconstrução precisa se relacionar individualmente com a capital para solucionar suas pendências.

A desgovernança estabelecida pela calamidade pública entre abril/maio de 2024 nos atritos entre governo federal e estadual apresenta mais que semelhanças com manuais do Liberalismo econômico e sua crítica corrente ao Estado. Foi aberto espaço para intervenções que não pareciam possíveis no pré-desastre. Parte significativa da gestão da crise, decisões e o planejamento de base territorial foram terceirizados para multinacionais, ou compartilhadas com especialistas europeus, desacreditando a expertise e a experiência da rede de universidades estatais e comunitárias no estado.

Ao mesmo tempo o governo federal, sem mecanismos de consulta com lideranças ou a população atingida, decidiu nos gabinetes de Brasília por estatizar a safra de arroz, criar um governo paralelo, politizar a reconstrução, centralizar a

distribuição de projetos de infraestrutura através da mão de seus ministros, criar uma nova universidade federal sem estudo de viabilidade ou promover o endividamento com bancos estatais na China.

Os agentes econômicos dos mercados gaúchos, por sua vez, tiveram a opção de permanecer ausentes do debate, permitindo a responsabilização do Estado pela opinião pública. Tanto as empresas como os empresários da agropecuária não assumiram responsabilidade pela mudança climática como externalidade dos mercados, ao contrário, assumiram a narrativa de vítimas a serem socorridas pelo Estado tão criticado pelo Liberalismo.

Segundo Bandopadhyay, a manutenção da capacidade de governança face aos desastres constitui uma habilidade a ser construída pelo Estado. Desastres interrompem a vida cotidiana e ameaçam a ordem pública, estabelecendo uma arena na qual a autoridade pelo Estado corre o risco de ser questionada, o que pode gerar respostas autoritárias. O conflito latente entre governo federal e estadual durante o desastre politizou a resposta, abrindo espaço para a narrativa por lideranças e *influencers* reacionários de que a resposta ao desastre foi pela população, pelos voluntários, retratados como heróis individualizados.

A mídia regional divulgava a ilusão da “reconstrução sem disputas” (De Oliveira, 31/8/24). Porém, o nível do debate público decaiu a tal ponto que face a R\$ 98,7 bilhões da União o Executivo estadual passou a ecoar a narrativa das lideranças da agropecuária patronal de que “os gaúchos colonizaram o Brasil, levaram a prosperidade do agronegócio ao país e agora o orgulho gaúcho não aceita apenas migalhas”, buscando se eximir de responsabilidades e direcionar a frustração popular contra o governo federal.

Em poucos dias após o desastre a União abriu mão de cobrar o pagamento da dívida do governo estadual, e mesmo assim não foi o suficiente para evitar o populismo de baixo calão do ‘orgulho gaúcho’ ferido, abrindo espaço para o endividamento com bancos externos como o Banco Mundial, o Banco Chinês de Desenvolvimento ou o Banco Interamericano. O Executivo federal, por sua vez, buscou reconquistar a opinião pública mediante um ativismo dos altos escalões da burocracia federal sem precedentes.

Desastres constituem uma oportunidade recorrente para que o Estado aproveite a oportunidade para fomentar uma agenda até então guardada nas gavetas, esperando a chance para ser operacionalizada. Seja para estatizar a distribuição de arroz subsidiado em tempos de eleição, privatizar a política de educação, entregar o planejamento territorial a empresas de consultoria ou atrair investimentos por empresas insustentáveis. A empiria evidencia que riscos invisíveis no cotidiano dependem da mobilização social para se tornarem visíveis, são os movimentos sociais que conferem visibilidade a crises latentes e geram reação pela sociedade política. Não existe movimento social pela prevenção ao aquecimento global que possibilite um Plano Marshall gaúcho.

Apesar da polêmica ao longo dos quatro meses em torno da construção da narrativa quanto à atribuição de culpa, a melhor forma de sobrevivência e como lidar com as próximas enchentes, aparentemente uma lição central não foi aprendida. O Fundo de Reconstrução do RS para as obras de infraestrutura atua município por município e não por bacias hidrográficas. Além disso, as obras priorizam novos diques e o desassoreamento nos municípios da planície de inundação do rio Jacuí e do lago

Guaíba, ao invés de focar na retenção das massas de água excedente no alto das bacias, nas cabeceiras de onde se iniciam os desastres. E os comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica foram escanteados. Aparentemente o planejamento baseado na participação foi derrotado pelo senso comum do populismo de resultados imediatos.

6 Concluindo

Muitas das ações de reconstrução da infraestrutura estão contribuindo para ampliar a resiliência a desastres futuros. Pontes estão sendo reconstruídas mais altas, postes de linhas elétricas estão sendo instalados em locais mais altos, empresas de atendimento emergencial estão substituindo o celular simples por conexão por satélite, entre outros, desmentindo a paralisia decorrente das negociações internacionais do clima, cuja narrativa implica em somente após a criação de novos fundos globais e novas organizações estatais seria possível iniciar a adaptação climática.

Porém, a componente não-estrutural da resiliência, que inclui a capacidade de governança, ainda parece distante da sua qualificação. Para Bandopadhyayde, calamidades tensionam os limites da soberania, adicionamos o argumento de que, igualmente, podem testar os limites da democracia. Recuperando a herança histórica de confiança na capacidade de planejamento do desenvolvimento pelo Estado, argumentamos que os anos iniciais da democratização gaúcha foram marcados por ambiente propício à inovação. Eram concomitantes uma crise de legitimidade, o senso de urgência, movimentos sociais fortalecidos, lideranças engajadas e múltiplas ideias para um novo Estado. Nos anos 1990, o RS representava um laboratório vivo de teste para mecanismos de descentralização da gestão pública e da participação popular. O entusiasmo daquele período se consagrou, em 1994, na legislação de planejamento do desenvolvimento através dos conselhos regionais.

Três décadas mais tarde, consolidada a democracia, o quadro é radicalmente diverso. Em apenas três meses da inundação de abril/maio de 2024, a confiança na capacidade de governança estatal foi abalada de tal forma que se tornou irreconhecível no estado onde foi lançado o Fórum Social Mundial que pretendia planejar um outro mundo possível. Aparenta ser profética a frase do governador, em 2023, seu primeiro ano de mandato, “a gente não tem observado a capacidade do Estado. Empreendendo, o Estado é um desastre”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. Significados locais da colonização interna no norte mato-grossense. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 23, e202101, 2021. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202101

AXT, G. O governo Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n. 29, p. 119-139, 2002.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Texto para discussão N. 630. Brasília: IPEA, 1999.

BANDOPADHYAY, S. **All is well**: catastrophe and the making of the normal state. Oxford: Oxford University Press, 2022.

BANDOPADHYAY, S. After the storm. **Aeon Essays**, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://aeon.co/essays/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRAGA, C. **Representações sociais, situações potencialmente comunicativas e conflito**: Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Tese (Doutorado) Psicologia. Pontifícia Universidade Católica, Goiânia, 2011.

BRASIL. Secretaria de Comunicação. BNDES and Asian banks agree to BRL 9.1 billion for sustainable investment. 8 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/en>. Acesso em: 18 set. 2024.

BUTTON, G. **Disaster Culture**: Knowledge and uncertainty in the wake of human and environmental catastrophe. Walnut Creek: Left Coast Press, 2010.

CHAGAS, G. Temporais no RS: ‘Nós não teremos capacidade de fazer todos os resgates’, diz Eduardo Leite. **G1 RS**, 1 mai. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia>. Acesso em: 18 set. 2024.

CORREIO BRAZILIENSE. RS e Holanda assinam termo de cooperação para projetos de bacias hidrográficas. 24 mai. 2024. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br>. Acesso em: 30 mai. 2024.

CORREIO DO POVO. Farsul é contra importação de arroz. 8 mai. 2024. Disponível em: <https://www.correiodopvo.com.br>. Acesso em: 30 mai. 2024.

DE OLIVEIRA, R. Criação de Autoridade Federal para tratar da reconstrução divide empresários gaúchos. **Gaúcha Zero Hora**, 1 set. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br>. Acesso em: 18 set. 2024.

DE OLIVEIRA, R. Reconstrução sem disputas. 31 ago. 2024. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, Política e Poder, p. 10.

ESPINDOLA, H. Desastre e desgovernança no Rio Doce. Resenha do blog, **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, 20 jan. 2022. Disponível em: <https://novosestudios.com.br>. Acesso em: 3 set. 2024.

FONSECA, P. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. Dossiê 1946-1964. **Revista Tempo**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 19-58, 2010.

FONSECA, P. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.

FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA (FPG). **Projeto “Povo Grande do Sul”**: Governo Collares (1991-1994). Porto Alegre, [1990].

GAUER, C. Lula deve anunciar na segunda (10) instalação de universidade federal em Caxias do Sul em 2025. **Portal Leouve**, 7 jun. 2024. Disponível em: <https://leouve.com.br/cidades>. Acesso em: 18 set. 2024.

GAZETA DO SUL (GAZ). **Comitiva do banco asiático visita Santa Cruz do Sul**. 2 ago. 2024. Disponível: <https://www.gaz.com.br>. Acesso em: 18 set. 2024.

GEERTZ, C. What is a state if it is not a sovereign? **Current Anthropology**, v. 45, n. 5, p. 577-593, 2004. DOI: 10.1086/423972

HAUBERT, M. Lula escolhe Pimenta como ministro de reconstrução do RS. **Poder360**, 14 mai. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo>. Acesso em: 18 set. 2024.

JOHNSON, L.; OLSHANSKY, R. **After great disasters**: how six countries managed community recovery. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2016.

JUNQUEIRA, C. Governo do RS irá contratar mais duas consultorias internacionais para reconstrução. **CNN Brasil**, 20 mai. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 18 set. 2024.

LAFER, B. (org.) **Planejamento no Brasil**. Coleção Debates v. 21. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

LAVALLE, A.; CARLOS, E. (orgs.) **Desastre e desgovernança no rio Doce**: atingidos, instituições e ação coletiva. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

LICIO, E. et al. **O que fazem – ou deveriam fazer – os governos estaduais na gestão das políticas sociais**. Texto Discussão N. 2695. Brasília: IPEA, 2021.

MALLUCCI, E. Natural disasters, climate change, and sovereign risk. **Journal of International Economics**, v. 139, 2022. DOI: 10.1016/j.jinteco.2022.103672

MARTINI, R. Migalhas x Bilhões. **Jornal A Hora**, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://grupoahora.net.br>. Acesso em: 18 set. 2024.

MAYER, L. Porto Novo: a materialização da “terra dos sonhos” no Extremo-Oeste de Santa Catarina na década de 1920. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 16, n. 182, p. 117-128, 2016.

MAZUI, G. Após suspeitas de irregularidades, governo anula leilão para compra de arroz importado. **G1**, 11 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica>. Acesso em: 18 set. 2024.

MOORE, H. **And the winds blew**. Austin: University of Texas, 1964.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **From recovery to resilience: Designing a sustainable future for Fukushima**. Policy brief. Paris, 2022.

ORLANDI, L. 'Papel do Estado é estabelecer regra, não operar', diz Eduardo Leite no ES. **A Gazeta**, 10 nov. 2023. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br>. Acesso em: 6 set. 2024.

OZCASTS. Entrevistado: Saptarishi Bandopadhyay. Entrevistador: François Tanguay-Renaud. [s.l.]: Osgoode Hall Law School, 8 abr. 2022. **Podcast**. Disponível em: https://soundcloud.com/osgoode_yorku. Acesso em: 3 set. 2024.

PARK, S. The role of the Sovereign state in 21st century environmental disasters. **Environmental Politics**, v.31, n.1, 2022. DOI:10.1080/09644016.2021.1892983

PORTO, D. Governo prepara MP para importar arroz após chuvas no RS, diz Fávaro. **CNN Brasil**, 7 mai. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 18 set. 2024.

PRITCHARD, S. **Confluence: the nature of technology and the remaking of the Rhône**. Cambridge: Harvard University, 2011.

RANGHIERI, F.; ISHIWATARI, M. (eds.) **Learning from megadiasters: lessons form the Great East Japan Earthquake**. Washington: World Bank, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Comunicação. **Governo participa de workshop sobre reconstrução promovido por organizações internacionais**. 27 jun. 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br>. Acesso em: 18 set. 2024

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Comunicação. **Projeto de parceria público-privada para qualificar escolas em áreas vulneráveis aberto à consulta pública**. 8 jul. 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br>. Acesso em: 4 set. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Emenda Constitucional N. 28**. 13 de dezembro de 2001.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei N. 10.283, de 17 de outubro de 1994**: Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Texto constitucional de 3 de outubro de 1989. Porto Alegre: CORAG,1989.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Administração Pedro Simon: diretrizes de ação**. Porto Alegre, set. 1987.

SCHNEIDER, A. Conflito político e instituições orçamentárias: aprofundando a democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 87-103, 2005. DOI: 10.1590/S0104-44782005000100007

SCOTT, J. High modernist social engineering: the case of the Tennessee Valley Authority. In: RUDOLPH, L.; JACOBSEN, J. (eds.) **Experiencing the State**. New Delhi: Oxford University Press, 2006, p. 2-52.

SHINOHARA, G. Leite diz que Rio Grande do Sul precisará de um “plano Marshall” para reconstrução. **Globo Rural**, 4 mai. 2024. Disponível em: <https://globorural.globo.com/politica>. Acesso em: 18 set. 2024.

SOUZA, M. Governador diz que Estado não quer migalhas. **Gazeta do Sul**, 21 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gaz.com.br>. Acesso em: 18 set. 2024.

TEIXEIRA JUNIOR, S. Meta compra créditos de carbono do BTG. **Reset**, 18 set. 2024. Disponível em: <https://capitalreset.uol.com.br>. Acesso em: 19 set. 2024.

TRANSFORMA RS. **Transforma RS promove reunião técnica com BID e CEPAL** para discutir recuperação pós-enchente no RS. 24 jun. 2024. Disponível em: <https://transformars.com.br>. Acesso em: 18 set. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM (UNDP). **National post-disaster recovery planning and coordination**: a guidance note. New York, 2016.

VIGNA, R. Como data center de R\$ 3 bi poderá movimentar R\$ 500 bi. 14 set. 2024, **Jornal Zero Hora**, Em foco, p. 4. Porto Alegre.

WARNER, J.; AWES, E.; COATES, R. O queijo suíço no Brasil: cultura de desastres versus cultura de segurança. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, 2019. DOI: 10.1590/1809-4422asoc2019Ex0004vu2019L3ID

WILLIAMS, D. Managing sovereignty: the World Bank and Development in Sub-Saharan Africa. **Mondes en développement**, n. 123, p. 5-21, 2003. DOI: 10.3917/med.123.0005

Markus Erwin Brose. Doutor em Sociologia Política. Universidade de Santa Cruz do Sul. Pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado). Av. Independência, 2293, Bloco 10, sala 1023, Universitário, Santa Cruz do Sul, RS, 96815-900. markus@unisc.br

Submetido em: 20/09/2024

Aprovado em: 11/11/2024

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization) Markus Erwin Brose
Curadoria de Dados (Data curation) Markus Erwin Brose
Análise Formal (Formal analysis) Markus Erwin Brose
Obtenção de Financiamento (Funding acquisition) Markus Erwin Brose
Investigação/Pesquisa (Investigation) Markus Erwin Brose
Metodologia (Methodology) Markus Erwin Brose
Administração do Projeto (Project administration) Markus Erwin Brose
Recursos (Resources) Markus Erwin Brose
Software Markus Erwin Brose
Supervisão/orientação (Supervision) Markus Erwin Brose
Validação (Validation) Markus Erwin Brose
Visualização (Visualization) Markus Erwin Brose
Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft) Markus Erwin Brose
Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing). Markus Erwin Brose

Fontes de financiamento: não se aplica.